

**DEVOLVER A VOZ:
TRADUÇÃO E REINTEGRAÇÃO NA LÍNGUA DA GALIZA**

José Henrique Pérez-Rodríguez (Uvigo)

jhpr@uvigo.gal

RESUMO

O artigo analisa a singularidade da tradução para a língua da Galiza, concebida como variedade histórica do sistema galego-português sujeita a um processo de minorização e fragmentação normativa. A partir de uma perspectiva sociolinguística e glotopolítica, examina-se o papel da tradução como instrumento de normalização e planificação em contexto de diglossia com o castelhano. Destacam-se três dimensões: a condição de língua minorizada, a polielaboração normativa e a proximidade estrutural com o português luso-brasileiro. Defende-se que o tradutor galego atua como agente de inovação e de consolidação simbólica da língua, sendo a tradução padronizadora um meio privilegiado para atualizar e integrar o património textual galego-português.

Palavras-chave:

Tradução. Palego-português. Planificação linguística.

ABSTRACT

This article analyses the specificity of translation into Galician-Portuguese as a historical variety of the Galician-Portuguese system subjected to processes of minoritization and normative fragmentation. From a sociolinguistic and glottopolitical perspective, it explores the role of translation as a tool for linguistic normalization and planning under conditions of diglossia with Spanish. Three dimensions are highlighted: Galician's minoritized status, its polielaborated character, and its structural proximity to Luso-Brazilian Portuguese. It argues that the Galician translator acts as an agent of innovation and symbolic consolidation, and that standardizing translation serves as a privileged means to update and integrate the Galician-Portuguese textual heritage.

Keywords:

Translation. Galician-Portuguese. Language planning.

1. Introdução

Neste trabalho, propomo-nos examinar um conjunto de questões relativas à tradução cujo ponto de chegada é a variedade linguística em uso na Galiza – o galego-português da Galiza, denominação que empregamos aqui para sublinhar a continuidade histórica e estrutural com o conjunto galego-português, ainda que, no uso corrente, prevaleça a designação simples de *galego*; às vezes, em contextos muito específicos, também *português da Galiza*. Partimos da premissa de que a tradução re-

alizada para esta variedade apresenta características singulares, decorrentes da sua situação sociolinguística e da sua configuração normativa, que a diferenciam substancialmente do que habitualmente se entende por tradução entre línguas independentes e plenamente normalizadas.

O objetivo é, pois, identificar e analisar os elementos que singularizam a tradução para a língua da Galiza e que exigem do tradutor uma consciência particular do contexto cultural e do estatuto do idioma. Essas especificidades agrupam-se, como veremos, em torno de três eixos fundamentais: (i) a **condição de língua minorizada**, resultante de uma longa história de subalternização funcional; (ii) o seu **estatuto de língua poli-elaborada**, caracterizada pela coexistência de diferentes linhas de padronização – designadamente, o **isolacionismo**, que propõe uma norma e grafia diferenciadas para o galego, embora muito baseadas nos usos do castelhano, e o **reintegracionismo**, que defende a manutenção da continuidade histórica e estrutural com o conjunto galego-português. Ligado a isto, outra especificidade da tradução para galego é (iii) a **proximidade estrutural do galego com o luso-brasileiro**, que introduz problemas e possibilidades próprias no plano da tradução intervarietal.

Além desses três eixos estruturantes, cumpre reconhecer outros fatores que contribuem para a peculiaridade da tradução quando o galego-português da Galiza é a língua de chegada. A situação de diglossia funcional com o castelhano, que continua a exercer hegemonia institucional e mediática, coloca o tradutor diante de um público bilíngue assimétrico, cujas expectativas de legibilidade nem sempre coincidem com os padrões de correção ou naturalidade do galego. Soma-se a isso a escassez de *corpora* lexicográficos e terminológicos consolidados, que, embora os bem intencionados e meritórios esforços institucionais, continuam a apresentar importantes eivas e contradições (cf. Garrido Rodríguez, 2011). Isto obriga o tradutor a operar num espaço de relativa incerteza normativa, assumindo frequentemente um papel de inovador e codificador da norma. Essa limitação torna-se ainda mais evidente nas áreas técnico-científicas, onde a carência de terminologia padronizada conduz o tradutor a ter de adotar soluções *ad hoc*. Assim, o ato tradutório em galego adquire uma dimensão duplamente criativa: por um lado, enfrenta as restrições impostas por uma língua minorizada e poli-elaborada; por outro, participa ativamente da sua reelaboração e fortalecimento como língua de cultura.

O presente estudo não pretende prescrever soluções, mas, sobretudo, compreender e mostrar os mecanismos através dos quais a planifi-

cação e a tradução intervenhem na consolidação ou na erosão das línguas minorizadas e, particularmente, no caso da Galiza.

2. O galego como código linguístico minorizado

Entre os elementos que mais condicionam a prática tradutória quando o galego-português da Galiza constitui a língua de chegada, sobressai o seu estatuto sociolinguístico de língua minorizada em relação ao castelhano no espaço galego. A longa convivência histórica entre ambos os idiomas estabeleceu uma relação assimétrica de dependência, através da qual o castelhano se impujo como língua dominante e modelo de referência social. Essa situação de subordinação véu a gerar uma intensa e pouco controlada transferência de traços castelhanos, que se manifestam nos diversos níveis do sistema linguístico – desde o léxico até a morfossintaxe e a fonologia.

À luz da tipologia proposta por Charles A. Ferguson (1996 [1959]), essa relação pode ser interpretada como um caso paradigmático de *diglossia*, no qual duas variedades ou códigos coexistem num mesmo espaço social, mas com funções claramente diferenciadas. O castelhano ocupa as esferas de prestígio, de administração e de produção cultural, enquanto o galego permaneceu associado aos domínios da oralidade e da intimidade. Ainda que a realidade atual revele certa atenuação dessa divisão, a persistência de uma clara assimetria social entre ambas as línguas continua a justificar, em termos descritivos, o uso do modelo diglósico para a situação galega. Tal repartição funcional contribui para explicar tanto a persistência do bilinguismo assimétrico como a tendência à transferência estrutural que caracteriza a língua contemporânea.

A perda de autonomia funcional da língua da Galiza implicou igualmente um recuo nos seus domínios de uso e uma redução progressiva da sua base social de falantes, o que se traduziu num visível empobrecimento do *corpus* e da diversidade de registros disponíveis. A fala popular atual, marcada por esse prolongado contato desigual, tem sido descrita por alguns autores como uma variedade em vias de absorção, destinada, em última instância, a converter-se em dialeto do castelhano (Carvalho Calero, 1981, p. 13).

Desde a instauração do atual sistema político no Estado espanhol, no final da década de 1970, teve início um processo que, pelo menos em termos programáticos, visava restaurar o prestígio e a funcionalidade so-

cial da língua galega, até então privada de reconhecimento e relegada aos âmbitos informais. Trata-se do que habitualmente se designa por processo de normalização linguística, um conjunto de políticas destinadas a reintegrar o galego no espaço público e a dotá-lo de visibilidade institucional.

A intervenção política desenvolveu-se, sobretudo, através da expansão dos meios de difusão – com a criação de emissoras públicas de rádio e televisão em galego – e mediante a subvenção de iniciativas culturais que fomentassem a produção artística e editorial autóctone. Paralelamente, reconheceu-se a necessidade de proceder à padronização e depuração da língua, tarefa de natureza mais técnica e normativa, que implicava definir critérios ortográficos e morfológicos estáveis – questão a que regressaremos na epígrafe seguinte.

Neste estudo, interessa-nos especialmente examinar os efeitos do processo normalizador sobre a produção cultural galega e os traços que a tornam singular. Sob o termo *produção cultural* incluímos, em primeiro lugar, os suportes impressos – livros, periódicos e documentos de variada tipologia –, mas também os materiais audiovisuais e sonoros (cinema, música, gravações) e as formas de expressão ao vivo, como o teatro e os concertos. Em todas essas manifestações, atua, de modo direto ou indireto, a política linguística de normalização, que procura incentivar economicamente a criação cultural para torná-la viável e permitir que desempenhe, de forma socialmente reconhecida, a função de configuração simbólica da comunidade.

Parte-se do princípio de que, ao expor o público a expressões culturais próprias em condições de aparente normalidade, se promove um prestígio social da língua – isto é, uma revalorização simbólica que, idealmente, contribuiria para inverter gradualmente o processo de substituição linguística e para restabelecer o galego-português como veículo legítimo de comunicação culta e criativa.

Para os propósitos deste estudo, é particularmente importante sublinhar a relevância dos produtos culturais que não têm origem no contexto galego, mas que chegam ao público através de traduções ou adaptações de obras provenientes de outros espaços linguísticos e culturais. Esses textos traduzidos desempenham um papel decisivo na circulação de modelos discursivos e simbólicos, contribuindo, direta ou indiretamente, para a reconfiguração das normas de uso da língua e para o modo como esta é percebida socialmente.

Com efeito, a tradução assume, em situações de subalternidade linguística, uma função estratégica: permite introduzir novas formas de expressão, amplia o repertório de registros disponíveis e reforça o estatuto cultural da língua-alvo. Nos contextos em que a produção autóctone é limitada ou carece de estabilidade institucional, a tradução torna-se um instrumento privilegiado de reconstrução simbólica, capaz de articular renovação cultural e afirmação identitária. É o que ocorre quando a literatura traduzida ocupa uma posição “primária” no polissistema literário, participando ativamente na modelação do seu centro e introduzindo novos modelos (Even-Zohar 1990). É neste sentido que, no caso galego, a atividade tradutória pode ser entendida como parte integrante do processo de regeneração linguística – não apenas como operação técnica, mas como ato culturalmente produtor.

A análise da tradução para o galego-português da Galiza revela, contudo, uma série de características estruturais que a distinguem da prática tradutória em contextos normalizados. Essas particularidades configuram uma realidade quádrupla, que o tradutor deve ter sempre presente:

a) em primeiro lugar, o tradutor galego não atua num mercado consolidado, mas num espaço editorial e institucional restrito e frequentemente artificial, cuja sustentabilidade depende de apoios públicos e políticas de promoção cultural;

b) em segundo lugar, as traduções gozam de certa vantagem competitiva face às produções locais, uma vez que se alimentam de obras já legitimadas por outros sistemas literários e, portanto, entram no circuito com um capital simbólico prévio;

c) em terceiro lugar, o tradutor trabalha com uma variedade linguística ainda em processo de definição normativa, sendo muitas vezes forçado a tomar decisões que ultrapassam o plano estilístico e assumem um valor prescritivo, influenciando o desenvolvimento do *corpus*;

d) finalmente, o processo normalizador tende a privilegiar a tradução estética – literária ou artística –, relegando a tradução de natureza pragmática ou técnico-científica para um plano secundário, o que limita a expansão funcional da língua e a consolidação dos seus domínios especializados.

O primeiro aspeto a destacar decorre da própria lógica da normalização linguística, que altera significativamente as condições de exercício profissional do tradutor. Num contexto em que a produção cultural

depende de incentivos públicos e não de um mercado autossustentado, o tradutor passa a integrar um circuito laboral particular, diferente do que se observa nas economias culturais consolidadas. É provável que um número restrito de profissionais alcance maior estabilidade institucional do que os que trabalham em contextos de concorrência aberta; ainda assim, essa estabilidade compensa-se com um nível inferior de exigência qualitativa e de visibilidade pública, o que inevitavelmente limita as possibilidades de projeção profissional.

Importa, além disso, considerar que grande parte dos produtos culturais mencionados anteriormente se caracteriza por um alcance massivo. São produções que circulam através daquilo que se poderia chamar ‘linguagem pública’, isto é, um discurso de ampla reprodutibilidade, capaz de atingir um número potencialmente ilimitado de destinatários. Os meios de comunicação contemporâneos amplificam essa difusão a níveis sem precedentes, permitindo que uma única mensagem alcance milhões de receptores. Nessa perspectiva – e este ponto é crucial –, todo texto traduzido e inserido no *corpus* do galego passa a ocupar o mesmo estatuto simbólico e comunicativo das criações originais: um livro traduzido para o galego-português da Galiza é, de facto, um livro galego no sentido pleno da expressão. À luz da teoria dos polissistemas (Even-Zohar, 1990; Toury, 1995), o tradutor atua como agente de inovação normativa, introduzindo modelos textuais e léxicos que repercutem diretamente na configuração do sistema literário e na legitimação das variedades emergentes.

Dessa constatação deriva o segundo ponto essencial: as traduções detêm uma vantagem estrutural em relação às produções locais. Tal primazia explica-se pela enorme diversidade e volume de produtos culturais estrangeiros disponíveis, que contrastam com o caráter limitado e frágil da criação autóctone em língua própria. Os primeiros procedem, com frequência, de culturas consolidadas e de mercados reais, dotados de mecanismos de seleção e legitimação prévios, ao passo que os segundos permanecem circunscritos a um âmbito restrito, carente de recursos e de reconhecimento.

A vantagem das traduções reforça-se, ademais, pelo facto de os produtos estrangeiros serem objeto de uma pré-seleção editorial e comercial, que garante a escolha de materiais com maior potencial de interesse para o público. O exemplo da televisão pública galega ilustra bem este fenómeno: a maior parte dos filmes transmitidos diariamente é traduzida e dobrada, sobretudo a partir do inglês, e raramente enfrenta concorrência direta da produção local. Todavia, a abundante presença de materiais ori-

ginais em castelhano e versões dobradas para este idioma, amplamente disponíveis para o espectador galego noutros meios de comunicação, tende a neutralizar ou até a anular o impacto normalizador das versões traduzidas para galego.

Compete, portanto, ao tradutor ou ao iniciador do projeto adotar uma postura estratégica e crítica, procurando evitar a convergência com o mercado da língua dominante sempre que esta possa comprometer a eficácia simbólica da tradução. Sempre que possível, deve-se privilegiar a seleção de materiais inéditos no mercado galego, capazes de suscitar genuíno interesse e de ampliar os horizontes da língua de chegada, pois a escolha criteriosa do iniciador da tradução (Nord, 2005, p. 9-11), pode determinar a relevância cultural e o valor formativo da obra traduzida. Como sublinha Meylaerts (2011), toda tradução em contexto multilíngue é também um ato de política linguística em ação, pois redefine o estatuto simbólico das línguas envolvidas. No caso galego, o tradutor atua como mediador e legislador informal da norma, operando uma verdadeira política de usos.

A partir do que foi exposto, depreende-se que o tradutor galego assume uma responsabilidade comparável à dos principais agentes de produção cultural – escritores, artistas, cientistas ou jornalistas – na configuração do *corpus* efetivo da língua em processo de normalização. É através do conjunto das suas escolhas tradutórias que se consolida, progressivamente, a rede de usos legítimos que dará forma à futura norma comum. O trabalho do tradutor, portanto, transcende o plano técnico da equivalência textual: ele participa diretamente na elaboração simbólica e funcional da língua, influenciando os rumos da sua padronização.

O grau de consciência e de rigor com que o tradutor exerce essa função é determinante para a legitimidade e consistência da variedade que vinher a afirmar-se como padrão. A atenção ao uso preciso, a busca de soluções lexicais e morfosintáticas adequadas à estrutura do galego-português da Galiza, bem como a capacidade de inovar terminologicamente com base em critérios racionais e sistemáticos, são fatores que condicionam a solidez e a coerência do modelo linguístico emergente. Em contextos minorizados, o tradutor converte-se, assim, num agente normativo de facto, cuja atuação pode reforçar ou debilitar o prestígio da língua.

Cumpra ainda sublinhar que, em processos de normalização como o galego, tende a haver uma valorização desproporcionada da tradução

estética – sobretudo literária – em detrimento da tradução pragmática, de caráter técnico, científico ou divulgativo. Essa assimetria reflete uma orientação cultural que privilegia a dimensão simbólica e identitária da língua, relegando a sua funcionalidade prática para segundo plano. No entanto, um processo de normalização efetivo requer também a expansão dos domínios especializados de uso, condição indispensável para consolidar a vitalidade e a autonomia da língua em todos os níveis da vida social.

Por isso, o tradutor deve ter consciência desse desequilíbrio funcional e procurar, dentro das suas possibilidades, **corrigi-lo**, contribuindo para a diversificação dos campos de atuação da língua e para a ampliação do seu prestígio social através da tradução de textos técnicos, científicos e comunicativos que demonstrem a plena capacidade expressiva do galego-português.

3. O galego como língua submetida a um processo de polielaboração

A distinção proposta originalmente por Heinz Kloss (1967) e posteriormente desenvolvida por Žarko Muljačić (cf. 1995, p. 21 e ss.) constitui um marco fundamental na caracterização tipológica das línguas. Estes autores diferenciam entre línguas por distância (*Abstandsprachen*), definidas pela sua autonomia estrutural, e línguas por elaboração (*Ausbausprachen*), determinadas pelo grau de desenvolvimento e de codificação cultural que alcançam. Com base nessa tipologia, o isolacionismo linguístico galego elaborou a hipótese segundo a qual o galego e o português seriam, essencialmente, a mesma língua por distância, mas duas línguas diferentes por elaboração (cf. Fernández Rei, 1995, p. 192-93). Tal formulação traduz, em última instância, uma tentativa de legitimar a diferenciação normativa do galego em relação ao português através de critérios funcionais e socioculturais. Ainda que esta questão mereça um exame mais detido na epígrafe seguinte, interessa-nos aqui refletir de modo particular sobre o conceito de elaboração linguística e sobre as suas implicações teóricas.

De acordo com este quadro concetual, elaborar uma língua implica como passo prévio promover a uniformização de usos de uma das suas variedades internas – quer se trate de uma variedade natural, quer de uma forma construída com fins de padronização. O processo de elaboração está intimamente vinculado à consolidação de uma forma escrita comum, que se difunde socialmente e adquire prestígio como veículo legítimo da

expressão cultural. Como observa Žarko Muljačić, “toda ‘língua por elaboração’ [...] ‘conquista’, por assim dizer, o seu próprio espaço dialetal, criando deste jeito a respetiva língua por distanciamento e não à inversa.” (Muljačić, 1995, p. 22). Ou seja, é a variedade elaborada que projeta retroativamente a sua autoridade sobre o conjunto do contínuo dialetal, estabelecendo-se como modelo normativo e referência simbólica para todas as demais formas do sistema. A elaboração, portanto, não resulta apenas da maturação espontânea de uma língua, mas de um processo de construção cultural consciente, em que o uso escrito desempenha papel central na definição do que é reconhecido como “língua” no sentido pleno do termo.

A maior parte dos idiomas europeus, incluindo várias línguas que sofrêrom processos de subalternização, atravessou em algum momento um processo de elaboração linguística. Entre os idiomas que alcançárom esse desenvolvimento de forma precoce encontram-se o espanhol, o inglês e o francês, cujas normas escritas se fixárom já em períodos relativamente antigos, garantindo-lhes prestígio e estabilidade institucional. Outras línguas, como o italiano e o alemão, conhecêrom um percurso mais tardio de padronização, razão pela qual as suas variedades dialetais continuárom a desempenhar por mais tempo um papel expressivo na vida social e cultural, preservando vitalidade e valor identitário.

Um caso particularmente elucidativo é o do neerlandês e do alemão, línguas que partilhárom originalmente uma mesma base por distância, uma vez que as variedades neerlandesas se integravam no contínuo dialetal do baixo-alemão. A separação entre ambas não decorreu de diferenças estruturais profundas, mas de processos políticos distintos: fôrom as circunstâncias históricas específicas de cada território que determinárom a divergência elaborativa, culminando na consolidação de dous padrões independentes, hoje reconhecidos como línguas autônomas. Este exemplo evidencia que a elaboração não é um fenómeno meramente linguístico, mas um ato de planificação cultural e institucional, condicionado por forças sociais e políticas.

Fenómenos desse tipo são, em geral, intuitivamente reconhecidos por quem observa a evolução das línguas, ainda que raramente se perceba que os processos de elaboração podem ocorrer de forma paralela e concorrente dentro de uma mesma comunidade. Em situações de tensão ou fratura social, é possível que diferentes grupos promovam projetos normativos alternativos, resultando na emergência de duas (ou mais) línguas por elaboração dentro do mesmo espaço comunicativo. Sob o ponto de

vista funcional, trata-se da formação de uma língua multicéfal, isto é, de um sistema comum que se desdobra em padrões divergentes, cada um reivindicando legitimidade cultural e reconhecimento institucional.

Quando duas ou mais propostas de normalização se desenvolvem em paralelo, cada uma sustentada por uma tradição gráfica e por princípios normativos distintos, o resultado é uma pluralidade de modelos de prestígio que disputam o papel de referência comum, fragmentando a unidade funcional do espaço linguístico. Um exemplo particularmente elucidativo de polielaboração em contexto europeu encontra-se no caso norueguês, frequentemente citado como paradigma de duplicidade normativa institucionalizada. Após a independência da Noruega, em 1905, consolidaram-se duas normas escritas oficiais – o Bokmål e o Nynorsk –, ambas derivadas do mesmo contínuo linguístico escandinavo, mas orientadas por projetos ideológicos distintos: o primeiro, mais próximo do dinamarquês e associado às elites urbanas e administrativas; o segundo, criado a partir de variedades rurais, com o objetivo de restaurar a autenticidade nacional e afastar-se da herança colonial. Apesar das diferenças ortográficas e lexicais, ambas as normas coexistem legalmente, sendo utilizadas em contextos educativos, literários e administrativos. A experiência norueguesa demonstra que a existência de duas linhas de elaboração paralelas não implica desordem ou anomalia, mas pode refletir uma pluralidade legítima de estratégias de planificação linguística dentro de um mesmo sistema, desde que reconhecida e gerida de forma consciente pelas instituições e polos falantes.

Na Galiza, este fenómeno adquire uma clareza singular. O galego-português da Galiza atravessa atualmente um processo de polielaboração, entendido como a coexistência de mais de uma proposta de codificação e de planificação linguística. No seio desse mesmo sistema convivem duas tendências normativas que se desenvolvem de forma simultânea e orientada por finalidades opostas. Por um lado, o modelo isolacionista, adotado pela oficialidade autonómica, procura consolidar uma variedade autónoma, com ortografia e critérios gramaticais próprios, concebida como expressão de identidade regional e como forma de demarcar a diferença face ao português e de integrar, de modo tácito, boa parte do influxo castelhano. A formulação institucional deste modelo, cristalizada nas *Normas Ortográficas e Morfológicas do Idioma Galego* (ILG/RAG, 1982), partiu de uma perspetiva declaradamente fonologista, o qual foi usado, sobretudo, como argumento pontual para tentar justificar como “inevitável” a confluência com o castelhano. Afinal, tal corrente orien-

tou-se para a criação de um padrão diferencial para a Galiza, incompatível, e mesmo em muitos casos oposto, ao lusitano e ao brasileiro. Ao privilegiar a diferenciação formal em relação ao português, este projeto favoreceu a consolidação de uma norma endógena, mas dependente, que reflete a influência prolongada do castelhano e, do ponto de vista reintegracionista, mantém a língua num estatuto funcional subordinado, tanto no plano social quanto no simbólico. Esta norma é considerada oficial pela atual administração autonómica¹³.

Por outro lado, encontramos o modelo reintegracionista, que propõe uma elaboração convergente, orientada para restaurar a continuidade gráfica, histórica e funcional com o restante domínio galego-português e reafirmar o princípio de unidade do sistema linguístico, procurando a sua inserção plena no espaço cultural lusófono. Trata-se de uma corrente que, nascida em círculos académicos e culturais galegos desde meados do século XX, fundamenta-se numa leitura filológica e histórica da língua, concebendo o galego e o português como variantes de um mesmo diassistema românico. O reintegracionismo defende que a normalização linguística da Galiza deve realizar-se dentro desse quadro comum, não por imitação externa, mas por reconexão com a sua própria tradição (*vid.* AGAL, 1983). Assim o sintetizava com clareza o professor Ricardo Carvalho Calero, vulto maior da cultura galega e figura central do movimento reintegracionista:

O galego é galego português, nom galego castelhano. Pertence à área iberorromânica ocidental, nom à área iberorromânica central. Logo, é lógico que a sua ortografia, consoante a geografia e a história, responda às características do sistema ocidental, e nom às do sistema central (Carvalho Calero, 1985)

Neste enquadramento, o reintegracionismo assume uma função duplamente emancipadora: por um lado, rompe a dependência cultural e linguística face ao castelhano; por outro, reintegra a Galiza num sistema policêntrico partilhado, no qual diferentes variedades convivem em pé de igualdade. Por esta razão, o caso galego pode ser interpretado também

¹³ Para informações sobre a norma linguística oficial vigente na Galiza – conhecida como modelo isolacionista – e sobre as instituições que a promovem, podem consultar-se os seguintes sítios:

- Instituto da Língua Galega (ILG)
- <https://ilg.usc.gal/>
- Real Academia Galega (RAG)
- <https://academia.gal/>
- Consello da Cultura Galega (CCG) – <https://consellodacultura.gal/>

sob a ótica da pluricentralidade (Clyne, 1992; Ammon, 1995), entendida como a coexistência de vários polos de autoridade linguística dentro de um mesmo sistema. Sob tal perspectiva, a Galiza representaria um subcentro emergente no domínio galego-português, em diálogo com os centros consolidados de Portugal e do Brasil, e em articulação, também, com os espaços africanos e asiáticos de expressão lusófona, que contribuem para a crescente diversidade interna e para o caráter transcontinental do sistema¹⁴.

As duas correntes de elaboração que coexistem na Galiza incidem sobre a mesma base linguística, mas orientam-se por finalidades sociopolíticas antagônicas. Enquanto a primeira privilegia a diferenciação interna e procura afirmar uma identidade normativa diferencial, a segunda advoga a integração funcional e simbólica no conjunto do espaço linguístico galego-português. Esta dualidade de orientação produz uma situação de duplicidade normativa, perceptível tanto nos sistemas de ensino quanto nos meios de comunicação e na produção editorial, onde, mesmo em situação claramente desigual, se alternam ou coexistem formas gráficas, lexicais e morfossintáticas diversas. O resultado é que tanto o falante comum quanto o tradutor enfrentam uma língua com múltiplos padrões de referência, sendo forçados a optar por variantes que não se distinguem apenas por critérios formais, mas também por implicações ideológicas e identitárias. Assim como na Noruega, a coexistência de modelos elaborativos distintos na Galiza reflete não uma anomalia linguística, mas a diversidade de projetos culturais em disputa dentro de um mesmo espaço comunicativo.

Sob uma perspectiva teórica mais ampla, esta configuração demonstra que a elaboração linguística transcende o domínio técnico ou filológico e deve ser compreendida como um processo eminentemente social e político. O modelo que se consolida como padrão não é necessariamente o mais coerente do ponto de vista estrutural, mas aquele que alcança maior reconhecimento simbólico e institucional dentro de uma dada comunidade. No contexto galego, a oposição entre o modelo convergente e o modelo divergente reflete, em última análise, um conflito entre duas concepções de identidade coletiva. Por um lado, encontra-se a que se

¹⁴ Para uma introdução acessível ao movimento reintegracionista galego e às suas bases filológicas e sociolinguísticas, podem consultar-se os seguintes sítios institucionais e de referência:

– Associação Galega da Língua – <https://a.gal/>

– Associação de Estudos Galegos (AEG) – <https://www.aeg.gal/>

– Academia Galega da Língua Portuguesa (AGLP) – <https://www.academiagalega.gal/>

ancora numa integração sistémica no quadro ideológico decorrente da atual configuração política espanhola, aceitando fatualmente um papel subalterno para o galego como “língua alternativa” ou de expressão regional. Por outro lado, acha-se a que reivindica a continuidade histórica e cultural com o mundo lusófono, propondo uma visão transnacional da identidade linguística galega à margem de quaisquer considerações políticas ou administrativas. Esta corrente defende que a codificação do galego deve seguir um modelo convergente, voltado para o reestabelecimento da unidade linguística e para o fortalecimento das inter-relações com os outros padrões existentes no espaço lusófono.

À luz do que foi exposto, é possível afirmar que a língua da Galiza representa, na atualidade, um caso exemplar de língua em processo de polielaboração, caracterizada pela coexistência de dois padrões normativos que buscam simultaneamente afirmar a sua legitimidade cultural e institucional. Essa dualidade normativa explica a heterogeneidade observável nos diferentes domínios de uso do idioma – desde as publicações académicas e didáticas até a produção jornalística e audiovisual –, onde convivem critérios gráficos, morfológicos e lexicais diferentes.

A situação presente pode ser descrita como uma fase de competição elaborativa, marcada por tensões entre uniformização e diversidade. Embora essa multiplicidade produza uma certa fragmentação formal, ela é também sinal de uma vitalidade linguística ativa, que se manifesta no empenho coletivo de redefinir os parâmetros da normalidade linguística. Longe de representar um estado de decadência, a pluralidade do galego-português revela uma comunidade empenhada em reconstruir o seu modelo de referência, afirmando-o como espaço dinâmico de criação e de renegociação identitária.

4. *Repercussões derivadas da proximidade linguística ao português lusitano e brasileiro*

Como vimos anteriormente, a língua falada na Galiza apresenta a particularidade de ser uma língua polielaborada, isto é, um sistema em que coexistem diversas propostas de normalização e de codificação. No âmbito dessa pluralidade, vimos de distinguir dois tipos principais de orientação: a elaboração convergente, que procura aproximar-se dos restantes padrões do sistema galego-português, e a elaboração divergente, que visa afirmar uma norma própria e diferenciada. Ambas as tendências

estão hoje simultaneamente presentes na realidade linguística galega, manifestando-se em contextos sociais e institucionais diferentes.

Independentemente da orientação que se adote, é incontornável reconhecer a grande proximidade estrutural e tipológica entre a fala galega e o modelo luso-brasileiro. Entre línguas ou variedades que partilham grau de semelhança comparável, podem citar-se casos como o das línguas escandinavas, o tcheco e o eslovaco, ou o russo e o bielorusso. Dentro de uma mesma língua, quando se trata de processos de elaboração convergente, podem mencionar-se os pares flamengo e neerlandês, moldavo e romeno, ou ainda as variedades do francês europeu e do francês do Quebec, do inglês norte-americano e o inglês britânico, entre outras.

Esta configuração de proximidade coloca ao tradutor galego-português três questões fundamentais, que orientam a reflexão subsequente:

- a) que especificidades apresenta a tradução entre línguas ou variedades muito próximas?
- b) em que medida é legítimo falar de tradução intralingual nesse contexto?
- c) e até que ponto o luso-brasileiro pode servir como referência e apoio para o trabalho tradutório realizado em galego?

No que respeita à primeira questão – e, em certa medida, também à segunda –, circunscrita à tradução entre o galego e o luso-brasileiro, importa reconhecer que o tradutor se confronta com um conjunto de particularidades linguísticas e cognitivas que requerem atenção específica. Entre elas, destaca-se o fenómeno dos *falsos cognatos* ou *falsos amigos*, entendidos como unidades lexicais ou expressões que apresentam semelhança formal entre as duas variedades, mas diferença significativa no conteúdo semântico. Esses elementos constituem fontes recorrentes de erro e ambiguidade, uma vez que o tradutor tende a atribuir-lhes equivalência de sentido com base na aparência formal. A frequência desses falsos paralelismos varia em função do grau de proximidade entre as variedades e do nível de convergência alcançado nos respetivos processos de elaboração.

No caso concreto da língua falada no nível popular na Galiza, observa-se uma ocorrência relativamente elevada de falsos cognatos em relação às outras variedades do mesmo sistema linguístico, enquanto tais discrepâncias são muito menos comuns em relação ao castelhano. Essa

assimetria explica-se pela influência prolongada do espanhol como referência normativa e cultural dominante na Galiza, que produziu um processo de deslocamento semântico em direção às formas e valores expressivos do castelhano. Um exemplo paradigmático é o do adjetivo *largo*, cuja aceção na fala popular galega foi amplamente assimilada em tempos recentes à da palavra homônima espanhola, significando já “comprido” para a maioria dos falantes.

Compete, portanto, ao tradutor adotar uma postura crítica e vigilante perante esse tipo de interferências, de modo a evitar interpretações errôneas e a selecionar, sempre que necessário, as formas mais adequadas ao sistema galego-português. Essa atenção é especialmente necessária no que respeita ao padrão isolacionista, o qual, nem sempre procede a uma depuração sistemática dos influxos castelhanos e mesmo tende a perpetuar e até a institucionalizar alguns desses falsos cognatos em relação ao luso-brasileiro.

A tradução entre variedades da mesma língua – ou entre línguas muito próximas – apresenta ainda uma característica específica que raramente tem sido devidamente considerada nos estudos tradutológicos. Trata-se da possibilidade de incorporar elementos expressivos da língua de partida no texto de chegada, criando uma zona de permeabilidade linguística que desafia as fronteiras convencionais entre fidelidade e adaptação. Surge então uma questão de ordem prática e estilística: como representar em galego-português da Galiza determinados registros próprios de outras variedades, como a fala popular brasileira ou as formas crioulas e semicrioulas de outros espaços lusófonos?

Na tradução interlingual “típica”, a presença de traços expressivos da língua de origem no texto traduzido seria normalmente considerada uma falha de correção estilística ou uma interferência indesejada. Todavia, quando se trata de variedades afins, essa influência pode assumir um valor enriquecedor, funcionando como um processo de osmose linguística que expande o repertório expressivo e amplia o espaço comunicativo partilhado entre as diferentes formas do sistema galego-português. Ainda que tal intercâmbio se verifique de maneira limitada ou passiva, ele contribui para reforçar o caráter pluricêntrico e dinâmico da língua.

Por outro lado, as variedades portuguesa e brasileira constituem referentes privilegiados para o tradutor galego, ao permitirem procurar modelos expressivos e soluções tradutórias aplicáveis ao galego em traduções provenientes de outras línguas. Questões recorrentes – como a

forma de reproduzir sotaques ou marcas dialetais de terceiros idiomas, ou a maneira e conveniência de traduzir títulos de obras literárias e audiovisuais – já fôrom amplamente enfrentadas e resolvidas no contexto luso-brasileiro.

Também as opções estilísticas, como o eventual uso de infinitivos substituindo a flexão verbal ao traduzir o discurso original do inglês falado por indígenas norte-americanos, como é típico das dublagens dos filmes do faroeste em castelhano, encontram paralelo em estratégias já estabilizadas na prática tradutória portuguesa e brasileira. Assim, a experiência luso-brasileira oferece um quadro de referência funcional que permite ao tradutor galego reduzir a necessidade de atuar como instância primária de codificação para produzir equivalentes na língua-alvo, ou evitar decalcar as preferências consolidadas no âmbito do idioma castelhano.

Além disso, o luso-brasileiro pode ser tomado como modelo orientador, enquanto variedade de longa tradição elaborativa, especialmente no que atinge a adaptação terminológica e a formação de neologismos; embora às vezes a terminologia científico-técnica luso-brasileira também não seja totalmente constante nem unitária. Esta observação recorda que, mesmo dentro das normas consolidadas, a língua permanece um sistema em evolução, sujeito à variação e à inovação – o que reforça a importância de uma abordagem flexível e crítica por parte do tradutor galego.

Cumprе, por fim, abordar a questão da tradução intralingual. Em princípio, nada impede que o termo “tradução” seja aplicado à transposição de textos entre variedades de uma mesma língua – ou mesmo entre línguas extremamente próximas –, desde que tal designação não seja utilizada de forma acrítica, como argumento automático para legitimar a idoneidade desse tipo de operação. A etimologia latina do termo (*trans* = “através de” + *ducere* = “conduzir”) autoriza, de facto, essa extensão semântica. No entanto, o debate sobre a validade e os limites da tradução intralingual deve situar-se num plano mais profundo, no qual se articulem as tensões entre elaboração convergente e divergente e, especificamente no caso galego, entre as concepções reintegracionista e isolacionista de planificação linguística.

Seja como for, é evidente que a tradução não constitui um ato neutro no interior dessa dialética. Polo contrário, enquanto a tradução interlingual convencional tende, em princípio, a aproximar culturas e a atenuar fronteiras simbólicas – ainda que tal efeito seja, muitas vezes, mais

ideal do que real –, a tradução intralingual atua no sentido inverso, reerguendo fronteiras dentro do próprio sistema linguístico. O simples facto de uma variedade ser objeto de tradução já implica que passe a ser percebida como alheia, deslocada para o domínio do “outro”. Consequentemente, a prática da tradução intralingual dificulta a circulação livre de textos e produtos culturais, erguendo barreiras simbólicas que enfraquecem a integração comunicativa e cultural no espaço galego-português.

Há, contudo, um tipo particular de tradução intralingual cuja legitimidade não pode ser descartada: trata-se da tradução padronizadora, entendida como o processo de revisão e adaptação de textos galegos – sobretudo literários e ensaísticos – para uma norma linguística estabilizada e coerente. Dada a enorme quantidade de obras produzidas em momentos de ausência normativa ou sob grafias heterogêneas, esta modalidade de tradução desempenha um papel essencial na recuperação, atualização e integração do património textual galego-português. Longe de erigir fronteiras, a tradução padronizadora visa superá-las, restituindo unidade funcional e visibilidade ao *corpus* da literatura galega, e permitindo que ele circule e dialogue em igualdade com o restante espaço lusófono.

Na Galiza, as possibilidades desse tipo de tradução são amplas e urgentes. Centenas de textos permanecem parcialmente inacessíveis ao leitor comum galego, e em geral aos leitores lusófonos, por divergirem das convenções gráficas vigentes ou por apresentarem hibridismos ortográficos resultantes da ausência de políticas editoriais consistentes. A reescrita padronizadora, conduzida com critérios filológicos rigorosos e respeito pela intenção autoral, pode converter-se numa ferramenta de reapropriação cultural, permitindo que a produção literária galega se incorpore de modo orgânico ao sistema galego-português. Neste sentido, a tradução intralingual, quando orientada por um propósito de reintegração e normalização convergente, não é um obstáculo, mas um instrumento de coesão e revitalização linguística. A tradução padronizadora alinha-se com o princípio reintegracionista de convergência funcional, ao restituir unidade e inteligibilidade à tradição escrita galega.

Do ponto de vista ético e político, estas constatações conduzem a uma tomada de posição clara. A nosso ver, a tradução intralingual, fora do caso ressaltado da tradução padronizadora, não deve ser incentivada no contexto galego, uma vez que contribui para acentuar a segmentação interna e para afastar a comunidade galega do conjunto lusófono. O tradutor, enquanto agente de mediação cultural, deve atuar com consciência crítica e coerência ideológica, ponderando as consequências linguísticas

e identitárias que as suas escolhas podem implicar. Cada tradução desnecessária de um texto luso-brasileiro para o galego isolacionista representa, em termos simbólicos, um passo de distanciamento em relação à Lusofonia – um movimento que, acumulando-se, transforma progressivamente o que é próprio em algo percebido como estrangeiro.

5. Conclusões

Sem dúvida, é grande a responsabilidade que recai sobre aqueles que escolhem o galego-português da Galiza como língua-alvo nas suas traduções. A tarefa que assumem ultrapassa amplamente o domínio técnico da mediação textual: cada decisão lexical, gráfica ou estilística implica uma tomada de posição no campo da planificação linguística e da construção simbólica da identidade coletiva.

Traduzir para a língua da Galiza não é apenas verter significados; é participar ativamente na elaboração da língua, na consolidação do seu *corpus* e na definição dos seus horizontes de prestígio e funcionalidade. O tradutor, em contextos de sistemas literários periféricos, converte-se em um agente de inovação, capaz de deslocar o centro de gravidade do sistema e introduzir novas possibilidades expressivas. No caso galego, esse papel adquire uma relevância particular: o tradutor atua simultaneamente como mediador intercultural e agente de consolidação normativa, ajudando a determinar que formas e registros se legitimam como “galegos”.

Por isso, quem traduz para galego deve exercer o seu ofício com consciência crítica, rigor e responsabilidade histórica. Independentemente de corresponderem ou não às expectativas dos diferentes setores da sociedade ou das instituições, os tradutores devem manter plena consciência da transcendência glotopolítica do seu trabalho – um trabalho que contribui não só para a circulação de ideias, mas também para a redefinição da presença do galego no mundo lusófono.

Traduzir, nesse sentido, é também restituir voz a uma língua que foi silenciada e, simultaneamente, projetá-la para o futuro. É um gesto de resistência e de afirmação, mas também de construção e de pertença. Se a língua da Galiza aspira a ser plenamente funcional e reconhecida, tal meta dependerá, em boa medida, da lucidez, da sensibilidade e da integridade intelectual dos que a fazem viver através da tradução.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMMON, Ulrich. *Die deutsche Sprache in Deutschland, Österreich und der Schweiz: Das Problem der nationalen Varietäten des Deutschen*. Berlin; New York: de Gruyter, 1995.

ASSOCIAÇÃO GALEGA DA LÍNGUA (AGAL). *Estudo crítico das Normas ortográficas e morfológicas do idioma galego (ILG/RAG)*. Corunha, 1983. Disponível em: <https://a.gal/wp-content/uploads/2018/10/Estudo-Cr%C3%ADtico.pdf>. Acesso em: 23 out. 2025.

CARVALHO CALERO, Ricardo. *Problemas da Língua Galega*. Lisboa: Sá da Costa, 1981.

_____. O problema ortográfico. *Agália*, n. 2, p. 127-34, 1985.

CLYNE, Michael. *Pluricentric Languages: Differing Norms in Different Nations*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 1992.

FERGUSON, Charles A. *Sociolinguistic Perspectives*. Papers on Language in Society, 1959–1994. Oxford: Oxford University Press, 1996.

FERNÁNDEZ REI, Francisco. A ‘Questione della Lingua’ Galega. In: MONTEAGUDO ROMERO, Henrique (Ed.). *Estudios de Sociolingüística Galega. Sobre a Norma do Galego Culto*. [S.l.]: Galaxia, 1995. p. 177-95

GARRIDO RODRÍGUEZ, Carlos. *O escándalo léxico galego: degradação e regeneração da língua*. Santiago de Compostela: Laiovento, 2011.

INSTITUTO DA LINGUA GALEGA; REAL ACADEMIA GALLEGA (ILG/RAG). *Normas ortográficas e morfológicas do idioma galego*. Ed. Galaxia, 2004. Disponível em: <https://publicacions.academia.gal/index.php/rag/catalog/view/252/248/152>. Acesso em: 23 out. 2025.

KLOSS, Heinz. Abstand Languages and Ausbau Languages. *Anthropological Linguistics*, v. 9, n. 7, p. 29-41, 1967.

MEYLAERTS, Reine. Translation Policy. In: GAMBIER, Y; DOORS-LAER, L. van (Ed.). *Handbook of Translation Studies*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2011. v. 2, p. 163-68

MULJAČIĆ, Žarko. A estandadización do galego á luz de procesos análogos noutras linguas ‘minorizadas’ europeas. In: MONTEAGUDO R.H. (Ed.). *Estudios de Sociolingüística Galega. Sobre a Norma do Galego Culto*. [S.l.]: Galaxia, 1995. p. 19-34

NORD, Christiane, Text analysis in translation: Theory, methodology, and didactic application of a model for translation-oriented text analysis. Amsterdam; New York: Rodopi, 2005.

TOURY, Gideon. Descriptive Translation Studies and Beyond. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 1995.

ZOHAR, Itamar E. The Position of Translated Literature within the Literary Polysystem. *Poetics Today*, Durham, v. 11, n. 1, p. 45-51, Spring 1990.